
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PAULÍNIA REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Data e horário: Aos quinze dias do mês de Setembro de dois mil e vinte e seis, às 8h00, na sede do instituto. Presentes estavam: ADELSON CHAVES DOS SANTOS e NARA MARTINS MORETTI representantes dos servidores ativos, ELIETE MARIA DA SILVA, representante dos servidores inativos, ADEMIR PEREIRA, representante do Poder Executivo e REGINALDO APARECIDO NAVES representante do Poder Legislativo.

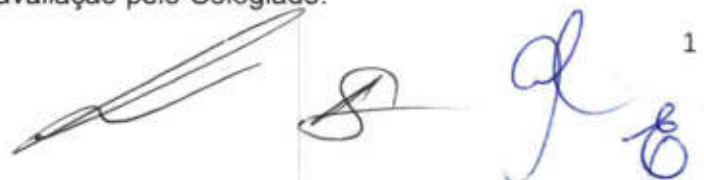
Ordem do dia:

1. Aprovação da ata de reunião anterior
2. Análise da ata do Conselho Administrativo
3. Aprovação da ata do Comitê de Investimento.
4. Análise dos Processos de empenho e carteira de invest. referente ao mês de Julho de 2026.
5. Conhecimento dos processos de aposentadoria e pensões do mês de Julho de 2026.
6. Assuntos diversos.

Item 1º da ordem do dia. Procedeu-se à leitura da ata da reunião anterior do Conselho Fiscal, a qual foi aprovada por unanimidade e sem ressalvas.

Item 2º da ordem do dia. A ata do Conselho Administrativo referente ao mês de julho não foi analisada pelo Colegiado por não estar disponibilizada no site da Pauliprev.

Ressaltou-se, contudo, que a ata referente ao mês de maio — cuja análise por este Conselho deveria ter ocorrido na reunião de julho — permanece sem publicação no site da Pauliprev até o momento, o que impossibilita o devido acompanhamento e a avaliação pelo Colegiado.



1

Item 3º da ordem do dia. Foi recebida a Ata nº 07, de 03 de agosto do corrente ano, do Comitê de Investimentos, a qual tratou do cenário econômico do mês de julho de 2026, bem como da análise da carteira e do fechamento do mês de junho de 2026.

O Conselho Fiscal observou que o Comitê apresentou a posição da carteira real da Pauliprev, com base nas informações consolidadas de administradores e gestores, no montante de R\$ 2.105.196.642,88, referente ao fechamento do mês de junho de 2026, representando evolução em relação ao mês anterior, quando a carteira totalizava R\$ 2.103.894.974,25, evidenciando crescimento patrimonial consistente.

No tocante ao cenário econômico, o Comitê apresentou análise detalhada com base em relatórios de mercado (Bradesco Asset) e no Boletim Focus do Banco Central, destacando a evolução das expectativas inflacionárias. As projeções para o IPCA de 2026 recuaram de 5,12% para 5,03%, alcançando 5,02% na medição mais recente do Focus. Essa trajetória é influenciada pelo cenário internacional e pelos preços do petróleo, com a projeção de crescimento do PIB mantida em 1,99% para 2026 e a expectativa para a Taxa Selic ao final do ano revisada para 13,75% a.a. pelo mercado, estando a Selic Meta atualmente fixada em 14,25% a.a. após as últimas calibrações do Copom.

A carteira de investimentos mantém trajetória de crescimento consistente, consolidando seu posicionamento acima da marca dos dois bilhões de reais ao atingir o montante regulamentar de R\$ 2.105.196.642,88 ao final de junho de 2026. O resultado representa uma evolução patrimonial positiva de R\$ 1.301.668,63 em relação ao mês anterior, com rentabilidade consolidada de 0,64% no mês de junho de 2026 (acumulando 6,18% no ano e superando a meta atuarial de 6,03%). Em relação aos segmentos específicos, os fundos líquidos alcançaram o saldo final de R\$ 2.004.438.767,90, tendo registrado aplicações de R\$ 21.920.000,00, resgates de R\$ 34.140.000,00 e rendimento líquido mensal positivo de R\$ 14.180.314,17. Por sua vez, os fundos ilíquidos encerraram com saldo de R\$ 100.757.874,98, registrando variação negativa de R\$ 569.678,78 no mês, sendo que, dentro deste segmento, o fundo Piatã FI RF LP Prev Crédito Privado registrou saldo final de R\$ 514.351,54. No fluxo de caixa consolidado de junho, as movimentações líquidas geraram uma saída de R\$ 12.221.583,80 contra o resultado financeiro bruto gerado pelos ativos de R\$ 13.610.635,39 no período.

No tocante ao fluxo de caixa por recebimentos do período, o Instituto registrou o ingresso ocorrido em 10 de junho de 2026 referente à amortização de cotas do Fundo TMJ no valor de R\$ 221.790,86, além do recebimento em 15 de junho de 2026 de rendimentos de R\$ 2.198,36 provenientes do fundo Infra Real Estate (Prev), montantes estes que foram integralmente aplicados no fundo Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica RF.

Durante a reunião, a Conselheira Nara solicitou esclarecimentos acerca da posição do Fundo Geração de Energia FIP Multiestratégia e do ativo Green Oil, ressaltando que a posição do caixa consolidado do ativo encerrou em R\$ 8,427 milhões após entradas de R\$ 78,8 mil e saídas de R\$ 123,2 mil, questionando o prazo estimado de manutenção do caixa com despesas superiores às receitas e sem novas fontes. O Comitê de Investimentos prestou os devidos esclarecimentos, informando que o fundo apresenta saldo negativo (-R\$ 819.896,52 no mês / patrimônio líquido negativo do Fundo de R\$ 13,938 milhões), motivo pelo qual é marcado a zero na carteira do Instituto e o valor negativo vem sendo provisionado contabilmente, enquanto são acompanhados os desdobramentos de eventual Ação de Responsabilização e do procedimento arbitral contra os antigos gestores e administradores.

De modo geral, a análise demonstra que a carteira de investimentos do Instituto mantém composição diversificada entre renda fixa com 84,59%, renda variável com 12,17%, fundos estruturados com 2,19% e ativos imobiliários com 1,05%, em estrita conformidade com os limites da regulamentação vigente e da Resolução CMN nº 5.272/2025. O portfólio mantém sua trajetória acima do patamar de dois bilhões de reais, o que evidencia a solidez das estratégias adotadas e a capacidade da gestão de preservar o patrimônio mesmo diante de um ambiente macroeconômico desafiador e de elevada incerteza.


3

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE PERFORMANCE E ENQUADRAMENTO PERANTE A RESOLUÇÃO 5272/2025, JULHO - 2026

Administrador	Fundo	PL	Categoria	%	Limite	Enquadramento	
SANTANDER	DI INST PREMIUM (PREVIDENC.)	R\$ 28.166.896,36	Renda Fixa	9,02%	80%	Artigo 7º, V. Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa/ETF sem Crédito Privado	
SANTANDER	DI INST PREMIUM (ADM)	R\$ 20.090.268,77	Renda Fixa				
SANTANDER	DI INST PREMIUM (FOR)	R\$ 24.099.600,11	Renda Fixa				
SANTANDER	DI INST PREMIUM (FINANCEIRO)	R\$ 11.548.897,70	Renda Fixa				
BANCO BRASIL	BB PREVID RF PERFIL	R\$ 69.818.975,09	Renda Fixa				
RJI	TMJ IMA B FIRF	R\$ 2.346.095,60	Renda Fixa				
PLANNER	FIRF PYXS INSTITUCIONAL IMAB	R\$ 1.767.023,90	Renda Fixa				
RJI	TOWER 8 RF FI IMA-B 5	R\$ 9.413.106,49	Renda Fixa	9,72%	100%	Artigo 7º, I Fundo 100% Títulos Públicos - ETF TPTN	
RJI	TOWER RF FI IMA-B 5	R\$ 1.556.562,47	Renda Fixa				
						Total	R\$ 150.219.823,09
CAIXA	CAIXA FIC BRASIL G. ESTRATEGICA	R\$ 124.854.123,29	Renda Fixa	9,72%	100%	Artigo 7º, I Fundo 100% Títulos Públicos - ETF TPTN	
BANCO BRASIL	BB PREV RF RET TOTAL	R\$ 80.073.868,07	Renda Fixa				
						Total	R\$ 204.928.001,96
BANCO BRASIL	CARTEIRA LONGO PRAZO (NTN-B)	R\$ 1.375.467.770,34	Renda Fixa	96,24%	100%	Art 7º, III - Títulos Públicos	
						Total	R\$ 1.375.467.770,34
GENIAL	PIATA FIRF LP PREV.CRED. PRIV	R\$ 504.783,78	Crédito Privado	0,02%	0%	Artigo 7º, VII - Fundo de Invest. Crédito Privado	
						Total	R\$ 504.783,78
CM CAPITAL	FIDC GOR PRIME I	R\$ 7.897.963,07	Renda Fixa - FIDC	0,60%	0%	Artigo 7º, VI Fundo/Classe FIDC Subclasse Sênior	
TRUSTEE	ILLUMINATI FIDC	R\$ 5.572.305,04	Renda Fixa - FIDC				
RJI	LME REC MULT IPCA - FIDC-SEN	R\$ 3.907.963,13	Renda Fixa - FIDC				
SANTANDER	BBF MASTER FIDC LP	R\$ 173.934,73	Renda Fixa - FIDC				
RJI	INCENTIVO MULTISSETORIAL I - FIDC	R\$ 318.316,54	Renda Fixa - FIDC				
						Total	R\$ 16.970.576,41
RJI	FI MULT SCULPTOR CREDITO PRIVADO	R\$ 13.517.280,57	Multimercado	0,64%	15%	Artigo 10º, I - Fundo Invest Multimercado	
						Total	R\$ 13.517.280,57
RJI	HAZ F8	R\$ 11.876.973,77	Imobiliário	1,05%	0%	Artigo 11º Fundo/Classe de Investimento Imobiliário (FI)	
RJI	FB BR HOTELS	R\$ 5.302.269,87	Imobiliário				
TRUSTEE	FI IMOB INFRA REAL ESTATE FI	R\$ 1.172.051,03	Imobiliário			Total	
							R\$ 22.051.244,67
RJI	INFRA SETORIAL FIP MULTI	R\$ 19.486.076,87	FIP	1,52%	0%	Artigo 10º, II Fundo/Classe de Investimento em Participações (FIP)	
RJI	W7 FIP	R\$ 806.325,18	FIP				
RJI	FIP GESTAO EMPRESARIAL FIP MULTI	R\$ 0,00	FIP				
BNY MELLON	BRASIL FLORESTAL FIP MULTI	R\$ 1.948.396,73	FIP				
BFL	FP2 FIP MULTIESTRATEGIA	R\$ 8.060.884,49	FIP				
RJI	GERACAO DE ENERGIA FIP MULTI	R\$ 0,00	FIP			Total	
							R\$ 32.122.182,76
BRAPESCO	PLURAL DIV FIF CLASSE INVEST EM AC	R\$ 28.909.823,71	Ações	11,87%	40%	Artigo 8º, I Fundo/Classe de Investimento em Ações	
BRAPESCO	BAHIA VAL FIF CLASSE DE INVEST C. RL	R\$ 62.427.590,66	Ações				
BRAPESCO	ICT VANG DIVID FIF CIA RL	R\$ 65.055.842,96	Ações				
ITAU	ITAU DUNAMIS FIC	R\$ 100.005.906,29	Ações			Total	
							R\$ 252.399.162,73
TOTAL SEGMENTO RENDA FIXA		R\$ 1.788.090.955,50		84,82%		Resolução CMN Nº 5272/2025	
TOTAL SEGMENTO RENDA VARIÁVEL		R\$ 252.399.152,73		11,97%			
TOTAL SEGMENTO EXTERIOR		R\$ 0,00		0,00%			
TOTAL SEGMENTO ESTRUTURADOS		R\$ 45.839.473,32		2,16%			
TOTAL SEGMENTO FI		R\$ 22.051.244,67		1,05%			
TOTAL GERAL		R\$ 2.106.180.626,22		100,00%			

Marcos André Breda
Diretor Presidente

Douglas Henrique Muncicelli
Diretor Administrativo e Financeiro

JULHO - Data de Referência: 30/07/2025 - Comitê de Investimentos - Pauliprev						
Ativos	Saldo Inicial	Aplicações	Reprocess	Ressgatos	Rendimento	Perd %
BANCO DO BRASIL S/Nº-B	R\$ 1.367.628.423,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.839.347,34	0,573%
CAIXA GESTÃO ESTRATÉGICA RF	R\$ 123.147.959,09	R\$ 1.204.435,39	R\$ 0,00	-R\$ 940.580,17	R\$ 1.442.318,98	1,171%
BB PREV RET TOTAL	R\$ 79.149.601,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 924.267,02	1,168%
BB PREV PERFL	R\$ 88.718.161,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.100.813,64	1,241%
DI INST PREMIUM (PREVIDENC.)	R\$ 33.990.333,68	R\$ 9.031.399,44	R\$ 0,00	-R\$ 15.301.788,71	R\$ 448.955,55	1,321%
DI INST PREMIUM (ADM)	R\$ 20.075.646,05	R\$ 918.837,69	R\$ 0,00	-R\$ 698.791,70	R\$ 254.867,73	1,270%
DI INST PREMIUM (FOR)	R\$ 24.398.092,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 301.508,00	1,236%
DI INST PREMIUM (FINANCEIRO)	R\$ 11.077.478,26	R\$ 8.936.964,64	R\$ 0,00	-R\$ 8.669.279,45	R\$ 203.734,25	1,839%
BAHIA BHM VALUATION II FC DE FA	R\$ 51.451.471,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 976.109,02	1,897%
PLURAL DIVIDENDOS FC OA	R\$ 28.373.336,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 536.406,14	1,891%
ICT VANG DIVID FC OA RL	R\$ 63.997.696,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.058.146,04	1,653%
ITAU DYNAMS FA	R\$ 112.430.587,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 6.424.661,08	-5,714%
FUNDOS LIQUIDOS	R\$ 2.004.438.767,90	R\$ 20.091.637,16	R\$ 0,00	-R\$ 25.810.440,03	R\$ 8.561.892,83	0,43%
TOWER RF FI MA-B 5	R\$ 1.539.283,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.328,58	1,126%
TOWER II RF FI MA-B 5	R\$ 9.339.874,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 73.293,58	0,785%
PIATA FI RF LP PREV. ORD. PRIV	R\$ 514.351,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 9.567,84	-1,860%
ITAU MA B FI RF	R\$ 2.503.638,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 192.456,78	7,687%
FRF PYMS INSTITUCIONAL IMA B	R\$ 1.771.021,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 3.987,40	-0,225%
INCENTIVO MULTISECTORIAL I	R\$ 322.245,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 3.928,46	-1,219%
LINE FDC SENIOR	R\$ 3.052.342,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 44.379,47	-1,454%
BBIF MASTER FDC LP	R\$ 174.964,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.030,02	-0,589%
FDC GGR PRIME I	R\$ 7.912.777,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 14.813,90	-0,187%
ILLUMINATI FDC	R\$ 5.565.261,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.136,22	0,128%
FP2 FP MULTISTRATEGIA	R\$ 8.415.203,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 334.308,60	-3,973%
FI MULTIMERCADO SOLUPTOR	R\$ 13.580.142,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 62.861,67	-0,463%
ATICO GERAÇÃO ENERGIA FP	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,000%
ATICO FLORESTAL	R\$ 3.950.033,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.137,13	-0,029%
ATICO GESTÃO EMPRESARIAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,000%
W7 FP	R\$ 607.017,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 692,25	-0,114%
HAZ FI	R\$ 11.891.519,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 54.856,29	R\$ 40.260,32	0,339%
FIBR NOTES	R\$ 9.009.774,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 7.504,95	-0,083%
INFRA SETORIAL FP MULTISTRATEGIA	R\$ 19.485.112,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 964,78	0,005%
MOBILIÁRIO INFRA REAL ESTÁTE FI	R\$ 1.123.329,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 2.386,33	R\$ 51.107,63	4,590%
	R\$ 100.767.874,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 57.242,52	-R\$ 101.663,90	-0,10%
TOTAL	R\$ 2.105.196.642,88	R\$ 20.091.637,16	R\$ 0,00	-R\$ 25.867.682,65	R\$ 8.560.228,83	0,41%
					R\$ 2.108.180.826,22	

No mês de julho de 2026 (conforme a referência da tabela de acompanhamento), a carteira de investimentos da Pauliprev apresentou desempenho positivo, evidenciando a consistência da estratégia de alocação e a resiliência do portfólio diante das oscilações do mercado. O crescimento consolidado no período foi de R\$ 2.984.183,34 (diferença entre o saldo final de R\$ 2.108.180.826,22 e o saldo inicial de R\$ 2.105.196.642,88).

O saldo inicial da carteira, de R\$ 2.105.196.642,88, avançou para R\$ 2.108.180.826,22 ao final do mês. Mesmo com resgates no montante de R\$ 25.667.682,65, o resultado permaneceu amplamente positivo, impulsionado pelo desempenho dos ativos e pela rentabilidade dos fundos, aliado também às aplicações realizadas no período, que totalizaram R\$ 20.091.637,16.

Entre os destaques de rentabilidade do período, sobressaíram os ativos de perfil mais dinâmico e alguns fundos específicos, como TMJ IMA B FI RF (7,687%), INFRA SETORIAL FIP MULTIESTRATÉGIA (4,550%), BAHIA BBM VALUATION II FIC DE FIA (1,897%) e PLURAL DIVIDENDOS FIC FIA (1,891%). De modo geral, os fundos líquidos, que constituem o núcleo da estratégia de segurança e liquidez da Pauliprev, encerraram o período com saldo final de R\$ 2.007.581.857,66 após um rendimento de R\$ 8.661.892,63, equivalente a 0,43%, sendo os principais responsáveis pelo desempenho positivo da carteira.

Já os fundos estruturados/estruturais (identificados na parte inferior da tabela), que totalizam R\$ 100.598.968,56 ao final do período, apresentaram resultado negativo de R\$ 101.663,80, correspondente a -0,10%, refletindo oscilações pontuais típicas desse segmento, ainda em processo de recuperação de ativos e liquidação.

Por fim, a carteira totalizou uma rentabilidade global de 0,41%, gerando um retorno absoluto de R\$ 8.560.228,83. O desempenho da carteira em julho/2026 reforça a solidez da política de investimentos adotada, com resultados robustos mesmo em cenário de volatilidade, sustentados pela diversificação e pela predominância de ativos líquidos de baixo risco.

As Autorizações de Aplicação e Resgate (APR), que detalham cada operação financeira realizada nas carteiras do RPPS — incluindo ativos, origem e destino dos recursos, valores movimentados e justificativas — foram devidamente analisadas pelo Conselho Fiscal, que não apresentou objeções, permanecendo todos os documentos disponíveis para consulta no site oficial.



6

Assembleias e consultas formais

Ressalta-se que no mês de julho de 2026 não foram convocadas nem realizadas assembleias, motivo pelo qual não há atas ou deliberações registradas para o período

Valores recebido

No dia 08 de julho de 2026, a Pauliprev recebeu recursos provenientes de amortização de cotas do Fundo HAZ FUNDO DE INVEST IMOB, no valor de R\$ 54.856,29 (cinquenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e seis reais e vinte e nove centavos). O referido montante foi aplicado junto à Caixa Econômica Federal (CEF), no fundo Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica RF, inscrito no CNPJ nº 23.215.097/0001-55.

No dia 14 de julho de 2026, a Pauliprev recebeu rendimentos provenientes do Fundo Infra Real Estate (Prev), no valor de R\$ 2.386,33 (dois mil trezentos e oitenta e seis reais e trinta e três centavos). O referido montante foi aplicado junto à Caixa Econômica Federal (CEF), no fundo Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica RF, inscrito no CNPJ nº 23.215.097/0001-55.

Item 4º da ordem do dia: O conselho analisou os documentos de empenhos disponibilizados referentes ao mês de julho/2026 onde foi constatado que: Os repasses previdenciários da Prefeitura Municipal de Paulínia totalizaram R\$ 13.094.654,67, sendo R\$ 5.296.196,25 destinados ao Plano Previdenciário e R\$ 7.798.458,42 destinados ao Plano Financeiro, sendo depositados conformes APR's. Os repasses previdenciários da Câmara Municipal de Paulínia totalizaram R\$ 260.402,34, sendo R\$ 81.617,08 destinados ao Plano Previdenciário e R\$ 178.785,26 destinados ao Plano Financeiro. Também se verificou o recebimento de R\$ 114.669,12 referente ao Termo de Convênio entre Prefeitura e PAULIPREV e R\$ 1.245,20 referente ao Termo de Convênio entre Câmara e PAULIPREV, ambos relacionados aos serviços prestados pelo setor de perícias do RPPS. Verificou-se também o recebimento das parcelas 071/200 dos parcelamentos previdenciários nos 406 e 408/2020 totalizando R\$ 700.019,12, sendo R\$ 213.435,83 destinados ao Plano Previdenciário e R\$ 486.583,29 destinados ao Plano Financeiro, bem como da parcela 58/60 do parcelamento previdenciário nº 828/2021 totalizando R\$ 193.525,03, sendo R\$ 59.005,78 destinados ao Plano Previdenciário e R\$ 134.519,25 destinados ao Plano Financeiro. Também foi identificado recebimentos de COMPREV, entre o RGPS e outros RPPS's no valor de R\$ 2.068.381,64 (R\$ 2.073.108,85 de recebimentos e 4.727,21 de



pagamentos), sendo R\$ 1.147.191,87 destinados ao Plano Previdenciário e R\$ 921.189,77 destinados ao Plano Financeiro.

Também foram observadas as remunerações de acordo com o RESUMO GERAL DA FOLHA. Do Plano Previdenciário o pagamento de Aposentados totalizou R\$ 15.868.438,71 (1.362), e o pagamento de Pensionistas totalizou R\$ 747.573,09 (106). Do Plano Financeiro o pagamento de Aposentados totalizou R\$ 8.299.301,84 (727), e o pagamento de Pensionistas totalizou R\$ 696.004,82 (89). Dos servidores Ativos o pagamento totalizou R\$ 510.874,03 (30). Dos Estagiários o pagamento totalizou R\$ 1.364,00 (1). Dos Conselheiros o pagamento totalizou — R\$ 32.043,76 (14).

Durante o mês de Julho, foram realizados 90 empenhos, além de 18 lançamentos extraorçamentários.

No que se refere aos empenhos, a Conselheira Eliete questionou o Empenho nº 002 que tratava sobre o pagamento da previdência complementar, questionando o número de servidores atingido pela Lei de 2021. Willian então explicou que corresponde a 5 servidores do Instituto, acrescentando que o gerenciamento operacional corresponde a Pauliprev.

Observou-se, ainda, que o Empenho nº 139 voltou-se aquisição de 40 licenças de tipo de anti vírus (validade de 36 meses) para diferentes dispositivos do Instituto.

Já o Empenho nº 146 questionou a compra de novo HD externo, sendo esclarecido a importância da realização de cópia em duplicidade visando maior segurança no servidor de dados do Instituto.

No que concerne às requisições de pequeno valor (RPVs), foi observado que ocorreram 40 requisições, sendo o montante igual a R\$ 249.590,66 pagos do Plano Previdenciário e R\$ 79.984,04 do Plano Financeiro.

Análise do Balancete de Receitas de Julho de 2026

No mês de Julho 2026, as receitas da Pauliprev apresentaram comportamento compatível com o início do exercício financeiro, com arrecadação ainda concentrada nas receitas previdenciárias e intraorçamentárias. O total arrecadado no mês atingiu R\$ 21.118.020,66, considerando receitas correntes e intraorçamentárias, evidenciando fluxo regular de ingresso de recursos no período. As contribuições previdenciárias, compreendendo servidores ativos, inativos e pensionistas, somaram R\$



7.697.692,49, mantendo-se como principal fonte de custeio do regime. Destaca-se a arrecadação dos servidores ativos da Prefeitura, tanto no plano previdenciário quanto financeiro, que representaram a maior parcela dentro desse grupo de receitas. As receitas intraorçamentárias (Total Receitas Correntes - Intra OFSS), especialmente as contribuições patronais e parcelamentos, totalizaram R\$ 11.344.605,56, reforçando a importância dos repasses do ente federativo para a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto. No que se refere às demais receitas correntes (Total Outras Receitas Correntes), estas alcançaram R\$ 2.075.722,61 com destaque para a compensação previdenciária entre regimes (COMPREV), que totalizou aproximadamente R\$ 2.073.108,85 (sendo R\$ 1.147.191,87 do plano previdenciário e R\$ 925.916,98 do plano financeiro), demonstrando a continuidade do fluxo de recuperação de créditos previdenciários. Observa-se, ainda, que a receita patrimonial não registrou arrecadação no mês (R\$ 0,00), mantendo o acumulado do ano em R\$ 39.092.200,11 para uma previsão de R\$ 80.000.000,00. De forma geral, o comportamento das receitas em Julho de 2026 reflete a sazonalidade típica do início do exercício, com tendência de evolução ao longo dos meses, à medida que se consolidam as arrecadações previdenciárias, aportes e receitas financeiras.

Análise do Balancete de Despesas – Julho de 2026

O balancete de despesas da Pauliprev referente ao mês de Julho de 2026 demonstra execução orçamentária inicial dentro da normalidade, com despesa paga no mês de R\$ 26.666.754,56 frente a uma dotação atual de R\$ 341.100.000,00, mantendo saldo orçamentário significativo disponível para o exercício. As despesas previdenciárias continuam representando o principal compromisso financeiro da autarquia. Os pagamentos com aposentadorias somaram aproximadamente R\$ 24.167.740,55 no mês, considerando os planos previdenciário (R\$ 15.868.438,71) e financeiro (R\$ 8.299.301,84), enquanto as pensões atingiram cerca de R\$ 1.443.577,91 (R\$ 747.573,09 do plano previdenciário e R\$ 696.004,82 do financeiro), evidenciando a predominância dos benefícios na estrutura de gastos do regime. No âmbito administrativo, destacam-se as despesas com vencimentos e vantagens fixas do pessoal civil, no valor de aproximadamente R\$ 475.094,03, além dos gastos com serviços de terceiros – pessoa jurídica (Outros Serviços de Terceiros - PJ), que somaram cerca de R\$ 51.347,66 pagos no mês, e os serviços de tecnologia da informação, no montante de R\$ 44.898,41, refletindo a manutenção das atividades operacionais do Instituto. Ressalta-se que diversas dotações permaneceram sem execução no período, como aquelas destinadas à construção da nova sede, aquisição de equipamentos, capacitação e parte das despesas com sentenças judiciais, o que é compatível com o planejamento financeiro e o estágio inicial da execução orçamentária. O total empenhado acumulado já atinge R\$ 300.107.759,06, demonstrando que grande parte das despesas obrigatórias, especialmente

previdenciárias, já se encontra comprometida, ainda que a execução financeira ocorra ao longo do exercício. O cenário das despesas em Julho confirma que a condução orçamentária caminha em estrita sintonia com a finalidade previdenciária do Instituto. A gestão prioriza a segurança e a previsibilidade no pagamento dos benefícios aos segurados, mantendo, em paralelo, um controle rigoroso sobre os custos administrativos e o zelo pelo equilíbrio financeiro da autarquia.

Item 5º da ordem do dia. O colegiado teve conhecimento dos 8 processos de aposentadorias referente ao mês Julho de 2026. Os processos foram disponibilizados na sede da autarquia para consulta.

Matrículas dos Aposentados: 16077-0,8160-0,9813-0,2580-0,5980-0, 8413-0,9865-0 e 12640-0

Item 6º da ordem do dia. O Conselho Fiscal, no decorrer da conferência dos documentos contábeis e fiscais, bem como da discussão de outros assuntos pertinentes a este colegiado, fez algumas observações e sugestões:

Conforme estabelecido na reunião anterior, a Conselheira Eliete encaminhou e-mail ao Controlador Interno apresentando dúvidas e questionamentos relacionados ao Relatório do 4º Trimestre e ao Planejamento Estratégico, especialmente quanto à ausência de informações referentes às atividades institucionais da Procuradoria nos relatórios apresentados, à mudança de nível do Pró-Gestão e à ausência do Manual de Compensação Previdenciária no site do Instituto. Segue, em anexo, cópia da devolutiva apresentada pelo Controlador Interno. Após a leitura da resposta, o colegiado discutiu que o questionamento referente ao acompanhamento dos fundos considerados "problemáticos" não foi respondido, ressaltando-se que, atualmente, esse acompanhamento vem sendo realizado somente pelo Comitê de Investimentos.

Consignou-se, ainda, que, na hipótese de descontinuidade dos serviços pelo administrador ou gestor sem que haja terceiro interessado em assumir a gestão, o fundo entrará em liquidação, cabendo ao RPPS assumir a totalidade de seus ativos e passivos, bem como a condução dos processos judiciais e administrativos pertinentes, sob a orientação e auxílio da Procuradoria Autárquica.

Sobre a questão do novo contrato de aluguel do imóvel onde atualmente está localizado o Instituto, o Conselheiro Ademir informou que o valor ainda se encontra em negociação. Conforme solicitado pela Presidência, o servidor Willian realizou um levantamento dos gastos com aluguel dos últimos cinco anos para a devida análise. De maneira geral, o colegiado considerou importante que, paralelamente à

negociação do novo contrato de aluguel, a Pauliprev também inicie um planejamento visando à construção de sua sede própria, considerando a necessidade de uma solução de longo prazo para a instalação do Instituto.

Em relação à solicitação de abertura da carteira dos fundos considerados "problemáticos", a ser realizada pelo Diretor Administrativo/Financeiro, o Presidente do Conselho informou que, devido à participação emergencial do Diretor em reunião referente a um dos referidos fundos, a apresentação da matéria foi reagendada para a reunião do Conselho Fiscal do mês de outubro.

Quanto à devolutiva do servidor Rafael, do setor de licitações, sobre a necessidade ou não de disponibilizar no Portal da Transparência documentos contratuais contendo as respectivas assinaturas, informou-se que, o Controlador Interno, solicitou que o servidor da licitação encaminhasse a consulta à Procuradoria para manifestação quanto à matéria, mas até o presente momento não houve retorno da Procuradoria.

A Conselheira Eliete registrou que participou, no último dia 2 de setembro, da palestra realizada pelo "Programa Vida" no plenarinho da Câmara Municipal, com o tema "Saúde Financeira: como as finanças impactam na qualidade de vida", ministrada pelo contador Willian. Eliete acrescentou que a palestra foi bastante esclarecedora e participativa, salientando, no entanto, a pequena quantidade de servidores inativos presentes.

Sobre a segregação de massas, Willian destacou que, no momento, aguarda-se devolutiva do Ministério da Previdência após o envio de novos documentos no mês de julho, conforme solicitação. Segundo Willian, a Pauliprev teria enviado a documentação inicial ainda em dezembro do ano anterior e, somente após sete meses, foram solicitados novos documentos. A Conselheira Eliete questionou se a avaliação atuarial da Lógica teria sido enviada neste segundo lote, obtendo resposta positiva.

Questionado o Presidente do Conselho sobre eventual devolutiva do auditor do Ministério da Previdência em relação aos fundos considerados "problemáticos", diante dos relatórios encaminhados pelo Instituto, foi informado que, até o momento, não houve qualquer retorno. Segundo Adelson, os documentos solicitados pelo auditor Andrey vêm sendo encaminhados trimestralmente, conforme previamente estabelecido. Entretanto, diante da ausência de retorno, o Comitê de Investimentos também tem encaminhado a documentação a outro departamento do Ministério da Previdência, como forma de garantir o devido acompanhamento e evitar eventuais divergências ou questionamentos futuros.

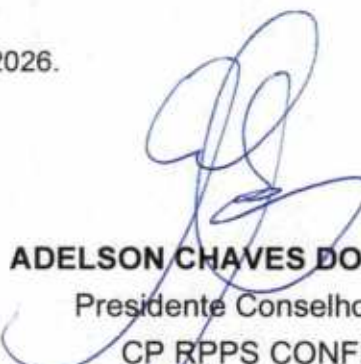
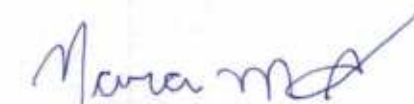


Questionado o Contador sobre o Fundo de Oscilação de Risco (FOR), considerando que sua apuração ocorrerá no mês de novembro, com pagamento previsto para dezembro, e que a legislação estabelece apenas a forma operacional para sua implantação, Willian esclareceu que, após a apuração, será considerado o valor correspondente a três folhas de pagamento do mês de novembro. Dessa forma, será verificada a diferença entre o valor correspondente às três folhas e o saldo disponível em caixa, sendo o montante apurado como necessário devidamente depositado no FOR.

Ficou consignado que todos os documentos mencionados na presente reunião foram previamente encaminhados aos conselheiros para leitura e análise.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos presentes.

Paulínia, 15 de Setembro de 2026.

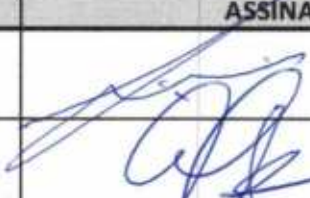

ADELSON CHAVES DOS SANTOS
Presidente Conselho Fiscal
CP RPPS CONFIS II
CPA-20
ADEMIR PEREIRA
CP RPPS CONFIS I
REGINALDO APARECIDO NAVES
CP RPPS CONFIS I
NARA MARTINS MORETTI
CP RPPS CONFIS I
ELIETE MARIA DA SILVA
CP RPPS CONFIS I



Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia

LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO FISCAL
26 de agosto de 2026, às 8h00

Reunião Ordinária

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	ADEMIR PEREIRA	
2	ADELSON CHAVES DOS SANTOS	
3	ELIETE MARIA DA SILVA	
4	NARA MARTINS MORETTI	
5	REGINALDO APARECIDO NAVES	

Paulínia, 23 de Julho de 2026.

Ao Senhor

DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE PAULÍNIA – PAULIPREV

Assunto: Solicitação de documentos relativos à segregação de massas

Senhor Diretor-Presidente,

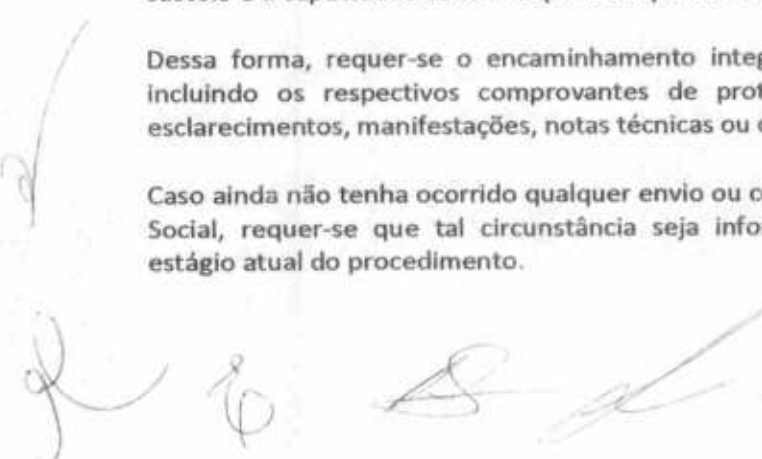
Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da PAULIPREV, solicitamos o encaminhamento, a todos os integrantes deste Conselho, da íntegra dos documentos, estudos, pareceres, demonstrativos, protocolos e demais informações enviados ao Ministério da Previdência Social, por intermédio da Secretaria de Previdência – SPREV, referentes à implementação da segregação de massas do RPPS de Paulínia e à sua eventual revisão.

A solicitação encontra fundamento nos Arts. 62 e 64 da Lei Complementar Municipal nº 18/2001, que atribuem ao Conselho Fiscal a fiscalização da gestão da PAULIPREV, o exame de documentos, operações e atos de gestão, bem como a verificação do cumprimento da legislação e das normas aplicáveis. A referida lei também assegura ao Conselho Fiscal o acesso às informações e elementos necessários ao exercício de suas atribuições. Além disso o Pró gestão garante ainda ao Conselho Fiscal, entre outros, zelar pela gestão econômica financeira, verificar a coerência das premissas e resultados da avaliação atuarial, acompanhar o cumprimento do plano de custeio, em relação aos repasses das contribuições e aportes previstos, emitir parecer sobre a prestação de contas anual da unidade gestora do RPPS nos prazos legais estabelecidos e relatar as discordâncias eventualmente apuradas, sugerindo medidas saneadoras.

A manifestação da Lógica Consultoria Atuarial, constante do Ofício nº 045/2026, reforça que a segregação e sua eventual revisão devem ser acompanhadas pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal, especialmente quanto ao impacto atuarial, financeiro e fiscal, à viabilidade do plano de custeio e à capacidade do Município de suportar as insuficiências futuras do Fundo Financeiro.

Dessa forma, requer-se o encaminhamento integral dos documentos remetidos à SPREV, incluindo os respectivos comprovantes de protocolo, eventuais exigências, pedidos de esclarecimentos, manifestações, notas técnicas ou decisões emitidas pelo órgão federal.

Caso ainda não tenha ocorrido qualquer envio ou consulta formal ao Ministério da Previdência Social, requer-se que tal circunstância seja informada expressamente, com indicação do estágio atual do procedimento.



Atenciosamente,



Reginaldo Aparecido Naves
Presidente do Conselho Fiscal Pauliprev



Adelson Chaves dos Santos
Conselheiro Fiscal Pauliprev



Eliete Maria da Silva
Conselheira Fiscal da Pauliprev



Ademir Pereira
Conselheiro Fiscal Pauliprev



Nara Martins Moretti
Conselheira Fiscal da Pauliprev

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA/SP

Ao Departamento Financeiro/Setor de Contabilidade;

Para atendimento, nos termos do requerido.

Pauliprev, 28/07/2026.



Marcos André Breda
Diretor Presidente

Ao Diretor Presidente:

Retorno os autos do expediente, contendo as informações acerca do solicitado pela conselheira Eliete Maria da Silva

Pauliprev, 21 de agosto de 2026.



Willian Augusto Priano
Contador CRC 1SP289335/O-1



Ministério da Previdência Social - MPS
Secretaria do Regime Próprio e Complementar - SRPC
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social - DRPPS
GESCON

Dados da consulta

Número: L703601/2025

Assunto:
Equacionamento do Déficit Atuarial

Assunto Especifico:
Segregação da Massa - Instituição

Ente Federativo/ UF: Paulínia / SP

Data de cadastro: 18/12/2025

Situação: Respondida

Última mudança de situação:
01/06/2026

Contexto

O Município de Paulínia conduziu processo de segregação de massas aprovado em novembro de 2025, através da promulgação de Lei Complementar Municipal 128/2025 que segue em anexo. O instituto Pauliprev será a unidade gestora de ambos os fundos.

Manifestação de Entendimento

Encaminhamos os documentos oriundos da segregação de massas dos segurados, contendo o projeto de lei com todos os estudos atuariais que envolveram a matéria, bem como as apresentações das discussões públicas, tanto àquelas junto aos conselhos do RPPS quanto com a sociedade paulinense, visando a aprovação deste Ministério da Previdência conforme prevê a Portaria 1.467/2022, art. 59. Devido ao volume de informações, os vídeos da audiência pública e os das reuniões com os Conselhos Administrativo e Fiscal encontram-se no arquivo "Links -Pauliprev.pdf"

Questionamento

Por fim, através desta consulta requeremos a análise do processo de segregação de massas instituído e, se dentro dos conformes, a aprovação da mesma.

Anexos da Pergunta: Links - Pauliprev.pdf
Projeto de Lei Complementar 11_2025 - Arquivo 1.pdf
Ata-Reuniao-Codef_Fiscal-02.06.2025.pdf
Pauta-da-Reuniao-Codef_Fiscal-02-06-2025.pdf
Diario Oficial - Segregação de Massas.pdf

Resposta

Prezados, para análise da implementação é necessário que seja encaminhado os documentos do art 59 da Portaria MTP nº 1467/2022.

Nesse contexto, para continuidade da análise da proposta de alteração da segregação da massa, requer-se o envio dos seguintes itens:

- a) "estudos atuariais" e respectivas projeções de receitas e despesas do RPPS por meio de cenários que possibilitem a comparação entre a implantação de plano de amortização e do modelo proposto de composição dos fundos para a segregação da massa
- b) planilhas eletrônicas com os "estudos de viabilidade orçamentária, financeira e fiscal" do município para os cenários anterior e o proposto da estrutura atuarial do Pauliprev, considerando a totalidade de servidores e segurados vinculados ao RPPS
- c) planilhas eletrônicas com os "fluxos atuariais", para cada um dos fundos financeiro e previdenciário, para os cenários anterior e proposto, no formato indicado disponível em:
https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/atuarial/arquivos/2022/2023_modelos_das_planilhas_dos_fluxos_atuariais_senha_2023.zip
- d) planilhas eletrônicas com a "base de dados", considerando a totalidade dos servidores e segurados vinculados a cada um dos fundos financeiro e previdenciário, utilizadas na simulação de cenários anterior e proposto para a estrutura atuarial do RPPS, individualizadas por tipo de servidores (ativos, aposentados e pensionistas), conforme o Dicionário de Bases indicado em:
https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/atuarial/suporte/arquivos_atuarial/arquivos/2025/dicionario_bases_rpps_civil_ajustado.xlsx
- e) estudo de "aderência das hipóteses atuariais" aplicadas
- f) estudo de "amplitude e consistência das bases de dados" utilizadas
- g) apreciação da proposta de segregação pelo conselho deliberativo do RPPS

Informações adicionais sobre a documentação necessária para o processo podem ser obtidas no "Guia orientativo de procedimentos para apresentação de proposta de Segregação da Massa", disponível no sítio do MPS na internet na seção "Regimes Próprios de Previdência Social - Atuarial - Supervisão Atuarial dos RPPS - Segregação da Massa", no endereço:
<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/atuarial/supervisao-atuarial-dos-rpps/segregacao-da-massa> bem como nos artigos 55 a 63 da Portaria MTP 1.467/2022.



Ministério da Previdência Social - MPS
Secretaria do Regime Próprio e Complementar - SRPC
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social - DRPPS
GESCON

Dados da consulta

Número: L856981/2026

Assunto:

Equacionamento do Déficit
Atuarial

Assunto Específico:

Segregação da Massa -
Instituição

Ente Federativo/ UF:
Paulínia / SP

Data de cadastro: 23/07/2026

Situação: Em Análise

Última mudança de situação:
24/07/2026

Contexto

Continuação da consulta L703601/2025 - Envio de documentos adicionais, conforme solicitado. Favor analisar conjuntamente aos documentos enviados na consulta L703601/2025

Manifestação de Entendimento

Continuação da consulta L703601/2025 - Envio de documentos adicionais, conforme solicitado. Favor analisar conjuntamente aos documentos enviados na consulta L703601/2025

Questionamento

Continuação da consulta L703601/2025 - Envio de documentos adicionais, conforme solicitado. Favor analisar conjuntamente aos documentos enviados na consulta L703601/2025.

Anexos da Pergunta: RELATÓRIOS D.3 +E.3 +F.3 +C.2.NOV 25.pdf
NOTA TÉCNICA - ATUALIZ DO EST ATUARIAL - SET 25 a.pdf
Anexo VI - 2025_FLX_CIVIL_PREV_GA - Situação Atual.xlsx
Anexo VII - 2025_FLX_CIVIL_FIN_GA - Fundo em Repartição.xlsx
Anexo VIII - 2025_FLX_CIVIL_PREV - Fundo Capitaliz.xlsx

Encaminhamento de Legislações

Situação

Tipo do Documento

Assunto

Número (sem Ano)

128

Ano

2025

Ementa

CONSULTAR

LIMPAR

Registros por página: 25

Registros: 1 - 2 de 2

<< < 1 > >>

Inconstitucional?

Tipo

Número/Ano

Assunto

Data do
Documento

Situação

Ações

Lei
Complementar

128/2025

Segregação
de Massas,
Plano de
Custeio
Total

04/11/2025

Cancelada

Lei
Complementar

128/2025

Segregação
de Massas,
Plano de
Custeio
Normal

04/11/2025

Validada

Registros por página: 25

Registros: 1 - 2 de 2

<< < 1 > >>

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA/SP

Ao Conselho Fiscal;

Em complemento das informações ofertadas pelo Departamento Financeiro/Setor de Contabilidade, faço algumas considerações.

Observe-se que a documentação encaminhada, conforme pode ser identificado nos anexos, obedeceu ao layout determinado pelo GESCON/MPS, sendo em formato digital e planilhas, que poderão ser verificados junto ao setor responsável, acessando o sistema correlato, caso seja do interesse dos membros do Conselho Fiscal, que se reúnem rotineiramente neste Instituto e lhes são disponibilizadas todas as informações requeridas, por todos os setores e a todo momento.

Ainda, que o estudo técnico continua em análise no órgão responsável, sem prazo determinado para conclusão, tendo sido a legislação publicada pelo Município, já analisada e validada pelo MPS.

Como se nota e é de ciência deste Conselho, pois foi informado por esta Diretoria em mais de uma oportunidade, nas próprias reuniões do colegiado, as providências de alçada da Autarquia foram todas adotadas, tempestiva e corretamente, não havendo sentido a menção constada no requerimento, sobre o caso de não haver ocorrido envio ou consulta formal ao MPS, já que parece querer demonstrar a falta de informações ao C.F. ou que existem dúvidas a respeito das informações recebidas, repito, em mais de uma oportunidade e de minha própria lavra, o que é inverídico e indevido, podendo motivar a impressão de descompasso

entre os órgãos de governança do Instituto, o que não me parece ser a melhor maneira de interação e convivência entre os mesmos.

Indo além, é importante lembrar que a seara de atuação da Diretoria Executiva se relaciona a condução e administração da Unidade Gestora do Paulínia Previ, sendo que a responsabilidade sobre a implantação e o custeio do financiamento, em caso de apuração de déficit técnico atuarial, recai sobre o Ente instituidor do RPPS, nesse caso, o Município de Paulínia, através do cumprimento de todo o processo legal e legislativo por parte dos Poderes eleitos, à quem devem ser endereçados eventuais inconformismos ou divergências que este Conselho ou seus membros possuam a respeito do tema, pois algumas situações trazidas à direção perpassam os limites da Autarquia e as prerrogativas desta Diretoria.

Sem mais, permanecemos a disposição.

Pauliprev, 24/08/2026.



Marcos André Breda
Diretor Presidente



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA/SP

Ao Setor de Recepção/Expediente;

Considerando as informações e documentos apensados pelo Depto. Financeiro/Contabilidade, solicito que seja contatada a requerente, para que tome a devida ciência, estando autorizada a extração e fornecimento de cópia.

Após, em retorno à esta Diretoria.

Grato.

Pauliprev, 24/08/2026.



Marcos André Breda
Diretor Presidente